

A INSERÇÃO DA ECONOMIA SUL-RIO-GRANDENSE NA "INTEGRAÇÃO GLOBAL" OU NA "ERA DOS ESTADOS MULTINACIONAIS": PORVENIR DESEJÁVEL OU INEVITÁVEL?

Rafael Alves da Cunha*

Apresentação

Este artigo reproduz, com pequenas alterações de ordem formal, o primeiro capítulo de um ensaio escrito nos últimos meses de 1990 e divulgado, em 1991, em um trabalho de circulação restrita na então Secretaria de Coordenação e Planejamento. Por outro lado, dos dois estudos que o originaram, o primeiro nunca foi editado e teve uma circulação muito limitada; e o segundo constituiu-se em uma proposta de estruturação de um ambicioso projeto, bastante difundido e utilizado, o qual, embora tenha sido, em determinado momento, oficializado (constou nos Projetos do Orçamento Plurianual do atual governo), nunca chegou a ser realmente implantado.¹ Ele era para ter sido apresentado no **I Congresso de Economia do Cone Sul**, o que terminou não ocorrendo por ter-se considerado inadequada, na qualidade de Presidente do Congresso e da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul (SOCECON-RS), a participação em um concurso instituído por esta última entidade. Não obstante, ele foi distribuído e discutido por alguns dos conferencistas convidados, especialmente os argentinos e os uruguaios.

Os problemas abordados e analisados neste artigo só se completariam com a divulgação conjunta do segundo capítulo do ensaio original, no qual são analisadas as questões referentes à dinâmica do processo histórico específico da inserção da economia do Rio Grande do Sul ao todo nacional num primeiro plano e, num segundo,

* Técnico da FEE, cedido à Secretaria do Planejamento e da Administração, Professor (licenciado) da UNISINOS e Presidente da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul.

¹ Trata-se de dois estudos que, além de examinarem questões que se mantêm atuais, analisaram e abordaram os problemas enfocados com um certo pioneirismo, pelo menos a nível do debate regional, e que são os seguintes:

a) CUNHA, Rafael (1988). *A "Integração Internacional" ou a "Era dos Estados Multinacionais": Porvenir Desejável ou Inevitável?*;

b) CUNHA, Rafael (1989). *Estratégia para a Elaboração dos Grandes Cenários do Desenvolvimento da Sociedade Sul-Rio-Grandense: Uma Proposta Alternativa para o Reencaminhamento da Questão*.

Como se vê, o primeiro dos estudos é que, com pequenas modificações, deu origem, também, ao título do presente artigo.

à economia internacional. Numa outra oportunidade, essa segunda parte do trabalho poderá, quem sabe, vir a ser divulgada nesta mesma revista.

De toda forma pode-se afirmar, com absoluta certeza, que a questão das relações econômicas externas (seja com o mundo exterior, seja com o resto do País), que até aqui teve uma importância crucial para a economia regional, assumirá, agora, um caráter estratégico para o futuro desenvolvimento sócio-econômico do Rio Grande do Sul. Portanto, seja qual for o direcionamento que se pretenda dar a este último, terá que se levar em conta a natureza do Projeto Nacional que vier a ser implantado no Brasil em primeiro lugar e, admitindo o prosseguimento do projeto MERCOSUL, para as economias dos vizinhos países do Prata em segundo lugar.

Por outro lado, parece ser evidente que a economia do Rio Grande do Sul, como um subsistema da nacional, estará condicionada à conjuntura global que se afigura para esta última, de forma cada vez mais clara, neste final de século e, certamente, nas primeiras décadas do século XXI. Ou seja, independentemente da maneira como a economia brasileira (e, por consequência, a economia regional) irá inserir-se na "Nova Ordem Econômica Mundial", assim como do modelo de desenvolvimento que vier a ser implantado no País, far-se-ão sentir os efeitos dos processos em andamento a nível mundial: o inequívoco movimento de reestruturação das sociedades industriais hegemônicas e de suas novas formas de expansão; as inarredáveis mudanças dos atuais sistemas econômicos, assim como dos tradicionais modelos de desenvolvimento; o desencadeamento de um novo ciclo de desenvolvimento, baseado em um novo modelo de acumulação induzido pela atual revolução tecnológica; a reestruturação da divisão internacional do trabalho e a tendência à integração das economias nacionais; o surgimento, enfim, de um novo tipo de Estado, o "Estado multinacional".

É destas últimas questões que se procura o entendimento, pelo menos a apreensão de determinados aspectos do processo que as envolve, tanto do ponto de vista histórico como do teórico, buscando, assim, uma melhor compreensão sobre a atual crise econômica geral que se instalou em todos os sistemas e, também, sobre os problemas sociais e políticos que a acompanham. Da mesma forma, procura-se explorar as tendências gerais das transformações que acompanharão o próximo ciclo econômico e, de um modo particular, as perspectivas e as prováveis formas de inserção da economia regional numa nova divisão inter-regional do trabalho e numa nova divisão internacional do trabalho.

Em outras palavras, busca-se o esclarecimento, ainda que de uma forma bastante abrangente, de uma série de questões de natureza econômica, política e social, que se constituem e/ou se constituirão nas grandes determinantes e nas grandes condicionantes do atual processo de transição por que passam todas as sociedades contemporâneas. Daí a importância da tentativa de detectar as determinantes gerais (internas e externas) das transformações em curso e como elas se refletem (e/ou refletir-se-ão) nas condições em que se desenrolará o desenvolvimento futuro da sociedade sul-rio-grandense.

A formulação deste último, bem como o grau de sucesso que se terá no equacionamento das questões do desenvolvimento regional, vai depender do nível de percepção que se venha a ter da nova realidade que nos cerca, da visão correta dos novos parâmetros e dos novos horizontes geoeconômicos e políticos que se colocam, de maneira nítida, ao desenvolvimento futuro de nossa sociedade no limiar do século XXI.

1 - Os cenários condicionantes do futuro desenvolvimento do Rio Grande do Sul

1.1 - Panorama de fundo

A busca de um novo paradigma para o desenvolvimento da sociedade sul-rio-grandense, no bojo da atual crise sócio-econômica, está diretamente correlacionada com os rumos a serem determinados para a sociedade brasileira no seu todo e, por consequência, com as formas pelas quais esta última se rearticulará com a economia internacional no plano geral e com as economias do Cone Sul em particular.

Assim, a planejada integração dos países do Cone Sul, cuja primeira etapa deverá estar completa até 1994, com base nos acordos já firmados pelos Governos da Argentina e do Brasil, aos quais já se juntaram o Uruguai e o Paraguai, redundará na estruturação de um novo espaço geoeconômico e político no continente sul-americano, o chamado MERCOSUL. Esse processo é de transcendental importância para o Rio Grande do Sul, o qual, por força da situação geográfica, pode se constituir em um dos centros geoeconômicos de uma integração que coloca o atual momento como decisivo para a história futura da sociedade sul-rio-grandense.

Considerando que a comentada integração se apresenta como inexorável, os problemas aos quais será exposta a economia regional — e eles serão muitos e deverão ser equacionados — não impedirão que a desejada integração seja o grande fato estimulador do início de uma nova fase de desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Daí por que as bases para a formulação do necessário planejamento estratégico de retomada e de redirecionamento do crescimento econômico regional devam estar organicamente vinculadas, e também balizadas, à dinâmica do processo de integração das sociedades envolvidas no projeto. Portanto, qualquer que seja o Projeto Regional de desenvolvimento que venha a ser desenhado, ele sofrerá as influências — quando não a determinação — do cenário global da integração, ou seja, à medida que fará com que o processo de desenvolvimento regional seja apenas um reflexo das dinâmicas externas ou, então, parte substancial dos elementos indutores do mesmo, vai ser determinado, em primeiro lugar, pelo nível de participação que nele tiver a sociedade sul-rio-grandense (Governo, iniciativa privada e a sociedade civil no seu conjunto) em todos os *fóruns* de decisão e de organização da integração e, em segundo, pelo grau de adequação do Projeto Regional a essa nova realidade.

Tendo em vista a conjugação da crise que assola as sociedades do Cone Sul — consequentemente a regional — com a crise mundial, é natural a interligação do complexo de questões de ordem econômica, política e social, as quais se constituem, ao mesmo tempo, nas grandes determinantes e nas grandes condicionantes do atual processo de transição vivido por todas as sociedades contemporâneas, ao qual todas estão mais ou menos subordinadas.

No que se refere às questões econômicas, os fenômenos relacionados à integração, seja no *lato sensu*, ou seja no *stricto sensu*, são ainda mais importantes em se tratando de economias largamente abertas para o Exterior, e esse é o caso da economia do Rio Grande do Sul (índice de abertura superior a 60%). Aqui, pois, é de crucial importância a busca de um melhor entendimento e da apreensão de determinados aspectos essenciais desse processo global de integração — tanto do ponto de vista

histórico como do teórico —, visando a uma melhor compreensão da atual crise econômica geral, dos problemas políticos subjacentes e, sobretudo, das características gerais da estruturação de uma "Nova Ordem Econômica", assim como das novas divisões (inter-regionais e internacional) do trabalho que a consubstanciarão.

Aceito como correto este panorama de fundo, suas consequências apresentam-se como óbvias para o desenvolvimento sócio-econômico do Rio Grande do Sul, que tem, assim, de antemão, delineada uma nova realidade para as próximas décadas. Ainda que o projeto de integração se restrinja, numa primeira etapa, à área econômica (mais particularmente, à área comercial), ele prevê e pretende alcançar uma ampla e total integração econômica, cultural e até mesmo política. Significa admitir que os diferentes Projetos Nacionais deverão ter suas diretrizes mestras comuns perfeitamente compatibilizadas e minimamente conflitantes. Se assim não for, a desejada integração não alcançará as suas grandes metas e tenderá, objetivamente, ao fracasso. Não é por outra razão que, já nesta fase inicial de implantação do projeto, os diferentes governos teoricamente se preocupam com a elaboração das Diretrizes Gerais de harmonização das políticas macroeconômicas, sem o que a própria etapa do "livre comércio" estaria inviabilizada.

Assim sendo, os futuros modelos de desenvolvimento das sociedades do Cone Sul, que se pretendem democráticas, deverão espelhar os grandes anseios sociais de ascensão e melhoria da qualidade de vida de suas populações, os desejados avanços rumo à modernidade e à estruturação de sociedades mais humanas, mais equitativas e equilibradas. Nesse sentido, cabe uma indagação fundamental, qual seja: em que medida esses Projetos Nacionais terão o necessário grau de autonomia na busca, na formulação e no planejamento de seus respectivos planos de desenvolvimento nos campos sócio-econômico e político? A resposta será dada ao longo do processo histórico de suas implantações, e o conteúdo desses projetos será determinado pela forma como forem equacionados os conflitos inerentes desses processos, pela resultante política dos desejos e dos anseios dos diferentes grupos sociais através de suas forças politicamente organizadas.

Ainda que a linha mestra do dinamismo do processo integrador seja comum a todas as sociedades (nacionais ou regionais), não significa que todas usufruirão igualmente do mesmo. O maior ou o menor sucesso de cada uma das sociedades dependerá, por um lado, das suas potencialidades naturais e, por outro, do grau de eficiência com que se reestruturarão para enfrentar a competição sadia e para criar as condições necessárias à introdução das inovações indispensáveis, assim como para as realizações das inarredáveis mudanças estruturais.

Caberá ao setor público um papel primordial, tanto no que se refere aos Projetos Nacionais como aos Projetos Regionais, já que os respectivos governos, como representantes legais de toda a sociedade, deverão planejar (nos curto, médio e longo prazos) as políticas e as ações necessárias para que os desejados processos de desenvolvimento tenham o seu curso normal, para que se constituam, de fato, no grande agente promotor, indutor e organizador dos respectivos projetos de desenvolvimento.

Nesse particular, o Estado do Rio Grande do Sul terá dois grandes desafios. Isto porque, se, por um lado, ocupa uma posição estratégica do ponto de vista geográfico e geoeconômico e, por conseguinte, apresenta vantagens comparativas incontestáveis em relação a outras regiões, pode, por outro lado, enfrentar grandes estrangulamentos, na medida em que as ações necessárias para usufruir plenamente

sua situação privilegiada não sejam desencadeadas a tempo e à hora. Em outras palavras, se os projetos do Novo Plano Regional de Desenvolvimento não estiverem, técnica e economicamente, compatibilizados e harmonizados com a dinâmica da integração do Cone Sul, a sociedade gaúcha e sua economia poderão sofrer danos irreparáveis.

Eis porque, apesar da complexidade do atual contexto e dos grandes desafios que se antepõem à definição de um novo projeto de desenvolvimento regional, agora subjugado a outro tipo de integração, caberá ao setor público estadual um papel relevante na sua condução e na sua promoção. Nesse particular, o momento atual é deveras importante, já que estão sendo formuladas e definidas as diretrizes gerais para a elaboração de um plano de desenvolvimento regional nos curto, médio e longo prazos. O êxito desse plano depende, pelas razões objetivas do atual momento histórico, da maior ou menor adequação de sua estratégia básica à dinâmica determinada pelo atual projeto de integração das economias do Cone Sul.²

1.2 - A "Nova Ordem Econômica Mundial", a integração econômica e seus prováveis cenários³

1.2.1 - Condicionantes da crise geral e o momento histórico

Passados os 25 anos da grande expansão do ciclo Pós-Guerra, período no qual a humanidade conheceu as "maravilhas" e as "desgraças" da sociedade industrial moderna — com suas situações cíclicas de expansão, estagnação e recessão —, onde, apesar de tudo, se verificou um grande surto de crescimento econômico e de modernização, configurou-se, no início da década de 70, um momento crítico desse processo, tanto no interior dos diferentes sistemas quanto nas suas relações externas.

Desse momento em diante, ficou claramente delineada a crise econômica, cujo desenvolvimento já se manifestara ao longo dos anos 60. Em verdade, essa crise, em escalas diferenciadas e em função das especificidades nacionais e regionais, esteve presente em todos os quadrantes do globo até se manifestar, no início da década de 80, como universal. Na base da crise atual, estão a ocorrer grandes transformações no conjunto das estruturas sociais e estão em mutação, também, os arcabouços conceituais e teóricos dos modelos de análise criados pelo conhecimento humano, com os quais se procura perceber e compreender o movimento global e a dinâmica do desenvolvimento sócio-econômico, ou seja, das relações econômicas e sociais que caracterizam a evolução das sociedades industriais modernas. Esses acontecimentos são tão notórios a ponto de não existir, nos dias de hoje, nenhuma dúvida de que essas sociedades, independentemente de seus sistemas políticos e econômicos, estão em

² Essa situação, vivida de 1988 a 1991, continua sendo a mesma em 1994, sem que, até aqui, tenha havido uma ação concreta visando à elaboração desses planos.

³ Neste item, reproduz-se, praticamente na íntegra, parte do já comentado estudo de Cunha (1989).

crise. Crise esta que não se resolverá enquanto as inevitáveis transformações não se concretizarem ou, então, encontrarem os caminhos para essa concretização.

Nos últimos anos, enquanto as sociedades "centrais" se prepararam para o enfrentamento dos problemas relacionados à transição ao novo ciclo e projetaram os cenários futuros de seus desenvolvimentos, na maioria dos demais países — em especial, na dos menos desenvolvidos —, as classes dirigentes não souberam preparar os caminhos futuros para suas respectivas sociedades. Não entenderam o caráter da crise, nem em 1960 e nem em 1980, e, com isso, dificultaram (se não inviabilizaram) o desenvolvimento dessas mesmas sociedades para o período pós-crise, para o novo ciclo econômico.⁴

O grande surto de desenvolvimento que caracterizou a evolução recente das sociedades mais avançadas (as chamadas "economias centrais" ou hegemônicas) repousa, no essencial, na mesma base em que se desenvolveram os demais ciclos das sociedades industriais: nas formas como por elas são dominadas as novas tecnologias e nas formas como são apropriadas as riquezas e os excedentes gerados nas economias menos desenvolvidas (não só no exterior, mas também no interior de seus próprios espaços geopolíticos). A verdade é que as sociedades altamente industrializadas tiveram, nas últimas décadas, uma grande expansão, apesar dos momentos de crise. Porém tal expansão só foi possível pela implantação, em escala mundial, de um determinado padrão de acumulação. Padrão este mais concentrador e centralizador, que mudou, substancialmente, as antigas formas de apropriação das "economias externas" e pôs em funcionamento integral o processo de internacionalização do capital, que, por suas características, tem determinado as formas de estruturação e de regulação da atual integração econômica internacional.⁵

As principais características desse processo foram determinadas pelas políticas econômicas dos Estados hegemônicos (assim como dos organismos internacionais por eles dominados), políticas estas comandadas (e reguladas) pelos princípios da corrente "monetarista"; pela generalização das idéias da teoria econômica do "desenvolvimento desequilibrado", segundo a qual, antes de se pensar em crescer, deve-se proporcionar a concentração em escala (FRIEDMAN); pela estruturação de uma divisão internacional do trabalho com o desenvolvimento das "modernas economias de enclave" (Hong Kong,

⁴ Alguns aspectos essenciais dessa questão, do ponto de vista tanto teórico como de antevisão e percepção do caráter e da dinâmica da atual crise econômica, assim como do próximo ciclo de desenvolvimento, foram detectados por Cunha com a devida antecedência em artigo inserido nas análises do desempenho da economia para o ano de 1981, sob o título **A Crise e o Pós-Crise: Problemas e Perspectivas** (FEE, 1982, p.67-76). O desenrolar da crise, durante a década de 80, determinou o ritmo de crescimento das "economias centrais e periféricas" num ambiente de estagnação ou recessão e de total confluência das crises (nacionais, regionais e mundial). O relativo sucesso das economias centrais no monitoramento da crise deveu-se, em larga medida, à "exportação" dos ônus desta última à periferia do sistema. Assim, os estrangulamentos e os constrangimentos vividos pela economia brasileira foram diretamente proporcionais ao seu grau de subordinação aos mecanismos financeiros e comerciais comandados pelo "centro".

⁵ Esse fato tem levado a uma visão equivocada dessas tendências, fazendo com que elas sejam consideradas como sinônimos de um mesmo fenômeno. Entenda-se por internacionalização do capital a fase em que a acumulação mundial, ainda que permanecendo concentrada nas "economias centrais", subordina as "economias periféricas" não só sob as formas anteriormente predominantes de apropriação de excedentes via intercâmbio desigual e da exploração direta da produção de matérias-primas e pela remessa de lucros da exploração de serviços básicos, mas, também, fundamentalmente, pela participação direta na geração da "mais-valia" produtiva acoplada ao domínio das esferas da intermediação financeira do ciclo do capital. Portanto, o caráter da integração depende de como sejam reguladas essas questões.

Malásia, Cingapura, etc.); e pelo redirecionamento e pela rearticulação com as economias intermediárias (Índia, Brasil, México, Argentina, etc.).⁶

Na atual fase da crise geral, configura-se, indiscutivelmente, um grande estrangulamento do "modelo" de internacionalização estruturado nas últimas décadas e do seu correspondente padrão de acumulação. Os limites de ambos estão claramente definidos, assim como a contradição básica e fundamental que os caracteriza: eles tenderam a induzir a uma universalização que é impossível de se realizar. Entre as razões objetivamente impeditivas dessa universalização, destacam-se as seguintes:

- em primeiro lugar, por motivos óbvios, a expansão do "modelo" tinha fixado, *a priori*, os seus limites, como uma decisão estratégica dos centros dominantes; ela foi planejada de tal forma que o processo ficasse sempre sob o controle destes últimos, pensar o contrário é imaginar que qualquer das sociedades industriais hegemônicas fosse, conscientemente, criar as condições para seu próprio enfraquecimento;
- em segundo lugar, mesmo que a restrição acima comentada não existisse, o processo tinha — e tem — um limite real, físico e intransponível, dada a tecnologia ainda predominante, o mesmo tipo de sociedade de consumo das economias centrais só pode existir de forma restrita em outras áreas do Globo.

Aceita essa realidade, torna-se totalmente visionário e irreal imaginar, por exemplo, que os 200 milhões (ou mais) de brasileiros das primeiras décadas do século XXI venham a usufruir de um padrão de vida material semelhante ao da média atual das sociedades líderes da Comunidade Econômica Européia (CEE).⁷ Se tal fosse possível, antes disso o resto do Mundo, inclusive as "economias centrais", já teria entrado em colapso total. A forma como se tornou viável a implantação dos padrões europeus (ou norte-americanos) em sociedades como a brasileira, a mexicana e a argentina está mais do que estudada e esclarecida. Eles foram conseguidos pela criação de um novo tipo de "dualidade", obtida via exclusão da grande maioria da população, principalmente pelos mecanismos de concentração da renda. Daí advêm os grandes desequilíbrios sociais e econômicos que caracterizam o Mundo atual, as desigualdades sociais crescentes e a grande "brecha" que se avoluma e que diferencia os níveis de desenvolvimento das diferentes sociedades humanas.

Tais fenômenos têm mostrado, nitidamente, uma tendência ao aprofundamento. Mais grave ainda é que a maioria das sociedades que seguiram os "modelos de desenvolvimento" baseados fundamentalmente no crescimento econômico de seus respectivos sistemas conheceram, numa aparente contradição, o aumento absoluto da pobreza e da miséria de grandes contingentes populacionais. O exemplo mais próximo é o das duas grandes sociedades sul-americanas, a argentina e, mais particularmente, a brasileira. Ademais, pela forma como essas sociedades se inseriram no "modelo de

⁶ O desdobramento mais recente da crise econômica geral, acompanhada da crise político-institucional dos diferentes sistemas, criou sérios estrangulamentos para o funcionamento da estrutura do "modelo de acumulação" e levou ao surgimento de uma nova "utopia". Esta última conjuga, de forma ainda não bem definida, os elementos comentados a determinados princípios das teorias neoclássicas e das doutrinas liberais, dando nascimento ao que se tem denominado "neoliberalismo".

⁷ Sempre que aparecer a sigla da antiga CEE, leia-se a atual União Européia.

internacionalização", induzido pela lógica da acumulação centralizada e pela "especialização" que a acompanha, elas têm sofrido os maiores impactos do caráter destruidor da *racionalidade* intrínseca do "modelo". Sofrem, muito mais do que as "economias centrais", os efeitos nocivos dos desperdícios inerentes a este último.

O grande paradoxo da atualidade, que contradiz os postulados das teorias econômicas predominantes, é o fenômeno da "exportação do capital" no sentido "periferia-centro". Desde meados dos anos 70, portanto, ao longo de todos esses anos de crise, o fluxo dos excedentes gerados nas chamadas "economias periféricas" ou "intermediárias" (Brasil e Argentina são exemplos típicos) para as "economias centrais" tem sido uma constante.⁸ É tal o volume desses recursos, que se pode falar numa verdadeira reedição da "acumulação primitiva do capital", agora destinada ao desenvolvimento das economias pós-industriais. Na realidade, essa é a grande explicação das "saídas" espetaculares da recessão que abalou as "economias centrais" nos primeiros anos da década passada. Portanto, aí se encontra o grande segredo do relativo sucesso da "administração da crise" nas sociedades mais desenvolvidas, assim como da situação de caos por que passam outras sociedades.

1.2.2 - Os Novos Espaços Geoeconômicos e Políticos

As transformações em curso das atuais superestruturas e estruturas sócio-econômicas, no bojo das quais as sociedades avançadas centralizam a sintetização das novas **bases tecnológicas**, estão a indicar algumas das características — ou tendências — do próximo ciclo de desenvolvimento, entre as quais se destacam as seguintes:

- a implantação das novas tecnologias, mesmo no caso em que estejam totalmente "amadurecidas", deverá ser mais lenta do que normalmente se imagina; isso em razão dos problemas internos que seriam criados com o sucateamento das atuais instalações e, até mesmo, de uma base tecnológica ainda recente;
- a hegemonia do processo será compartilhada por diferentes centros do poder; por conseguinte, deverá haver uma multiplicidade de centros dinâmicos;
- haverá o alargamento do conceito, das funções e da natureza dos **Estados-nações** que caracterizaram, há um século atrás, o surgimento do capitalismo financeiro.⁹

⁸ Considerando todas as formas "legais" como se operam as saídas de capitais, os cálculos mais otimistas demonstram que, somente do Brasil e da Argentina, foram transferidos para o Exterior, de 1975 a 1990, mais de US\$ 250 bilhões. Montantes estes que podem ser ainda maiores quando devidamente avaliadas as chamadas "saídas" ilegais e as perdas devidas às relações de troca desfavoráveis.

⁹ Os Estados-nações surgiram como necessidade histórica da fase inicial da estruturação do capitalismo financeiro, no bojo dos conflitos internos e externos das "economias centrais", nos períodos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Segundo Hilferding, em sua clássica obra **Capital Financeiro**, a ideologia determinante dos seus surgimentos seria, em linhas gerais, a seguinte:

"O Estado transforma-se no representante da Nação, a qual não cessará de crescer em grandeza e poderio, e para sua glorificação todos os esforços serão justificados. Graças a isso, obtém-se aquilo que constitui a condição vital de toda a ideologia social, a renúncia dos interesses pessoais em favor dos interesses gerais e superiores. O Estado, que era um estranho para o povo e para a Nação, funde-se em uma unidade; e da ideia nacional nasce a força estimulante da política. Os antagonismos de classe são abolidos em favor do conjunto da população. A ação coletiva da Nação unida para os fins da grandeza nacional substitui a luta de classes, que para a classe dominante é não só estéril como perigosa" (HILFERDING, 1969, p.435).

- a interação dialética entre o desenvolvimento das superestruturas e das estruturas sócio-econômicas é que determinará, no novo ciclo, as grandes modificações nos atuais **pactos de poder**, assim como o surgimento de um **novo padrão de acumulação**, ou, pelo menos, alterações profundas do atual, especialmente no que tange às suas formas de regulação;
- as mudanças no campo econômico, com novos patamares de produtividade alicerçados nas novas tecnologias, a indispensável aceleração da velocidade de rotação dos capitais, bem como a necessidade intrínseca de uma reprodução em escalas cada vez maiores, terão, inevitavelmente, como contrapartida uma alteração dos limites políticos e geoeconômicos dos Estados tradicionais, dando surgimento, por razões mais do que objetivas, a novos tipos de Estados, os "**Estados multinacionais**".¹⁰

Se é verdade que a "Nova Ordem Econômica Internacional", em plena gestação, tem como um de seus traços caracterizadores o aparecimento da figura dos "novos Estados multinacionais", vulgarmente denominados "blocos econômicos", o fato é que esse fenômeno é uma consequência objetiva da evolução recente das estruturas sócio-econômicas das sociedades pós-industriais. Não se pode esquecer, por exemplo, que a integração das sociedades européias no seio da CEE já foi prevista há mais de 30 anos e que vem sendo planejadamente construída e desenvolvida. Não é por acaso, também, que movimentos similares ocorreram, na mesma época, em outras regiões, inclusive em áreas subdesenvolvidas. É o caso da planejada Aliança Latino-Americana para o Livre Comércio (ALALC), iniciada nos anos 50, e cuja consumação estava prevista para a década de 60. Para tanto, as economias regionais (especialmente a argentina e a brasileira) chegaram a dar alguns passos importantes no sentido de sua preparação.

No que concerne ao projeto da ALALC, apesar de se restringir inicialmente à simples formação de uma área de livre comércio, trazia em si o "germe" de uma futura integração, cuja dinâmica poderia entrar em conflito com as "economias centrais".¹¹ E realmente, como se sabe, motivos poderosos, principalmente externos, inviabilizaram um processo que se mostrava nitidamente antagônico às estratégias dos Estados hegemônicos, bem como das novas empresas transnacionais. Assim, os "modelos" de desenvolvimento então implantados, cujos resultados têm-se na atualidade, proporcionaram um outro tipo de integração desejada pelas empresas transnacionais, obede-

¹⁰ A exemplo do ocorrido, no início deste século, com a estruturação dos Estados-nações e de seus agentes (os grandes trustes e monopólios), o próximo ciclo terá, a nível mundial, como principais determinantes do processo a estruturação e a organização das bases sócio-econômicas e políticas dos "Estados multinacionais", assim como as novas formas de regulamentação dos mecanismos necessários ao funcionamento das empresas transnacionais (seus atores).

¹¹ É bom lembrar que o pretendido projeto de aliança das economias latino-americanas estava alicerçado na então predominante "ideologia" cepalina de rompimento do intercâmbio desigual, na criação de estruturas tidas como necessárias (e utopicamente suficientes) para a deflagração de um processo autônomo de desenvolvimento idêntico ao das economias mais avançadas. Portanto, não foi por casualidade que os EUA lançaram, na mesma época, o seu plano Aliança para o Progresso como forma de reorientar o projeto original, se não para freá-lo.

cendo à estratégia de implantação do "modelo de interdependência", da chamada "economia global" ou, então, da "internacionalização do capital".¹²

Essa foi a grande lógica que predominou durante as últimas décadas e que, de certa forma, subordinou os processos de integração econômica. Evidentemente que os problemas naturais de um tipo novo de sociedade foram surgindo, ora debilitando ou inviabilizando determinados projetos, ora provocando mudanças de rumo e adaptações de outros. Neste último caso, situa-se o projeto de integração da CEE, o qual, apesar de todos os estrangulamentos enfrentados, manteve sua orientação básica inicial e teve continuidade no seu desenvolvimento. O fato é que, já no limiar da década de 70, teóricos e analistas de todas as correntes do pensamento econômico chegaram à conclusão sobre a inevitabilidade histórica do desenvolvimento de uma integração econômica a nível mundial.

É claro que uma tal concordância se restringia à tendência geral do fenômeno, já que se mantinham, e até mesmo se aprofundavam, as divergências a respeito do conteúdo e do caráter de um tal movimento. Mas, sobre determinadas características deste último, havia, também, algumas posições consensuais, como foi o caso de certas conclusões do Terceiro Congresso da Associação Internacional de Ciências Econômicas (AISE), realizado em 1968, na Cidade de Toronto, no Canadá.¹³

Entre tais conclusões, destacava-se o fato de que o elemento determinante dos "modelos" de integração seria dado pelas **vontades políticas** emanadas do corpo social. Assim,

"(...) para a criação de um mercado comum formado por países que procuram uma solução para seus problemas de desenvolvimento econômico, parece clara a inutilidade de um simples acordo geral sobre barreiras aduaneiras, que não seja acompanhado de decisões apropriadas visando à modificação das estruturas econômicas dos países-membros".

Mais importante ainda foi a conclusão unânime sobre a necessidade imperiosa de que os projetos de integração se desenvolvessem com base em um amplo e global planejamento estratégico, sobre o desenho prévio do tipo de sociedade almejado, consubstanciado em razões outras que não somente aquelas de caráter eminentemente econômico. Isto porque, embora reconhecendo a importância destas últimas, se enfatizava "(...)" que motivos outros que não só os econômicos impulsionam os atuais processos de integração das economias nacionais: motivos políticos, culturais, tecnológicos, históricos e de estratégia de desenvolvimento em geral".

É natural que, em todos os *fóruns* de discussão, determinadas questões tenham ficado em aberto, mesmo porque sobre elas não haveria a possibilidade de respostas consen-

¹² Relembre-se que, no caso da economia brasileira, esse tipo de "abertura" para o mercado internacional levou a que, já no decorrer dos anos 60, praticamente a totalidade das exportações e das importações de produtos industriais se referisse a trocas entre as filiais locais de empresas estrangeiras e suas matrizes ou congêneres de outros países da América Latina. Tem-se, assim, que o "ótimo" da divisão internacional do trabalho passa a se subordinar à lógica de uma divisão técnica do trabalho no circuito produtivo interno das transnacionais. Ou seja, embora se trate de um processo cuja racionalidade econômica é incontestável, seus resultados positivos transferem-se, no essencial, às economias centrais. Tais conclusões são baseadas em fonte insuspeita já que consubstanciadas nas informações de um relatório do Comitê de Relações Exteriores do Senado Norte-Americano: **Multinacional Corporations in Brazil and México** (citado por CUNHA, 1977, p. 135).

¹³ Ver, sobre o assunto, Samuelson, et al. (1971, p. 69, 70).

suais. Como esse processo de transformação das estruturas sócio-econômicas e políticas englobando diferentes sociedades — tanto as mais como as menos desenvolvidas — tenderia à equalização e não ao aprofundamento das desigualdades? Como seriam reguladas as relações entre os novos Estados hegemônicos e as chamadas "economias periféricas"? Como seriam resolvidas as complexas contradições e os antagonismos da competição exacerbada de um tal processo? Em que medida este último levaria, segundo as visões neoclássica e liberal, a que todas as sociedades (ou economias) fossem beneficiadas, ou, então, se isso não significaria a concretização da previsão de Bukarin (apud CUNHA, 1977, p.25, 31) sobre a estruturação de um novo padrão de acumulação mundial, onde "(...) se solidificaria o império dos interesses combinados de empresas que estariam sob a tutela dos 'reis' das finanças e dos novos Estados capitalistas"?

Com efeito, os grandes problemas e contradições contidos em questões do tipo das arroladas é que vieram à tona com a grande crise iniciada nos anos 70. Não é por acaso, portanto, que, nessa época, se aprofundaram as discussões sobre temas tais como: as grandes desigualdades dos sistemas de troca internacionais (as teorias sobre o intercâmbio desigual); a divisão do Mundo entre sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas (a grande discussão sobre as questões Norte-Sul); a institucionalização de uma política concertada entre os centros hegemônicos mundiais (a teoria da Trilateral); o surgimento de outros tipos de cartéis (OPEP); etc.

Uma tal situação vem se agravando paulatinamente desde a recessão mundial do início da década de 80, com a relativa estagnação subsequente e com o surgimento de nova recessão nos anos 90. Aqui, o elemento primordial fica com a constatação das significativas deformações do sistema financeiro internacional, mecanismo pelo qual os grandes ônus da crise foram transferidos para as "economias periféricas", ou subdesenvolvidas, acarretando um monumental custo social para enormes massas populacionais. Surgem, então, os elementos comprovadores da dialética do desenvolvimento global das diferentes sociedades: o aprofundamento das relações intercapitalistas e da internacionalização do padrão de acumulação é acompanhado de modificações substanciais nas diferentes formações sociais (quando não de suas radicais transformações); do surgimento de novas formas econômicas, tornando obsoletas as superestruturas preestabelecidas, e vice-versa; enfim, de uma força incontornável exigindo grandes transformações dos sistemas tradicionais, tanto no campo sócio-econômico como no político.

O equacionamento de todos esses problemas passou a ser, de fato, o objeto da grande discussão da atualidade, e a própria crise geral está a indicar as necessárias transformações das estruturas vigentes. É com base nestas últimas que se definirão os "novos modelos" de relações econômicas internacionais — e também políticas —, onde, como já se disse, tendem a se consolidar definitivamente os "novos Estados multinacionais", com a simultânea redefinição do papel e das funções do Estado nas novas sociedades.

1.2.3 - A "era dos Estados multinacionais" e a ideologia da "integração global"

Quais são esses "Estados multinacionais" em plena implantação na atualidade, ou de formação potencial? Por um lado, têm-se o bloco formado pelos Estados europeus constituintes do Mercado Comum Europeu e a união dos EUA e do Canadá. No primeiro caso, além de se tratar de um processo programado e planejado de longa

data, tem, por razões históricas, culturais e sócio-econômicas, enormes possibilidades de êxito em sua formação. Ainda que assim não fosse, esse processo se apresenta, para as tradicionais potências européias e para suas associadas, como o único caminho para a criação de um espaço geoeconômico vital, que possibilite a estruturação das bases necessárias ao funcionamento das futuras sociedades pós-industriais. Ademais, o relativo equilíbrio entre os quatro maiores Estados-membros (Alemanha, Itália, Inglaterra e França) constitui-se em elemento importante de catalisação do processo, mesmo considerando o caso especial da sociedade inglesa, com seus característicos sinais de decadência.¹⁴

Os grandes problemas da CEE, apesar da conseguida abrangência do seu espaço geoeconômico, podem ser constatados pela situação que segue. Por um lado, essas sociedades continuarão largamente dependentes de recursos naturais tradicionais, a começar pelo petróleo. Essa dependência tende a diminuir na medida em que sejam introduzidas as novas bases tecnológicas, mas esse processo, como já foi comentado, não poderá instalar-se de forma global no curto e no médio prazo. Por outro lado (e por consequência), necessitam de uma situação politicamente concertada sobre as novas bases de regulação das relações internacionais, já que, em conjunturas de maior crise, se encontram em desvantagem em relação aos "meios coercitivos" disponíveis a seus rivais. Assim, numa perspectiva mais próxima, o equilíbrio da CEE continuará dependendo das formas de integração com suas históricas áreas de "economias externas": Europa Central, Leste Europeu, Oriente Médio e África.

O caso da projetada integração dos EUA e do Canadá é completamente diferente. Trata-se, aqui, da institucionalização de uma união de fato já existente, pois, do ponto de vista econômico, a sociedade canadense se constitui, na realidade, em um apêndice da economia estadunidense, por assim dizer, um estado a mais na Federação dos Estados Unidos da América. Além do atual poderio político e econômico, o importante dessa união é que, do ponto de vista geoeconômico e político, a nova sociedade passa a controlar uma colossal base de recursos, numa extensão territorial que suplanta a da CEE e que quase se iguala à da URSS. Por outro lado, essa integração é facilitada pela grande similaridade das organizações sociais de ambos os países, assim como pela igualdade dos padrões médios de bem-estar de suas populações, por afinidades de toda a ordem e por um sistema de valores e aspirações comum. No que concerne à participação mexicana, ela será difícil e muito problemática.

A extensão desse projeto para as demais sociedades americanas constitui-se numa mera conjectura, pois é totalmente inviável, dados os parâmetros do atual projeto de sociedade dos Estados Unidos da América.

Os diferentes fatores impeditivos de uma tal integração crescem, do México à Patagônia, em proporção geométrica. O que pode ocorrer nesse caso são alianças de

¹⁴ A Inglaterra, somente depois de passado o período da "era Thatcher," tendeu a se integrar, definitivamente, na lógica global da CEE. Até então, tinha seguido, no contrapé do processo histórico, os princípios da chamada "onda neoliberal", confundindo, para o desespero dos demais parceiros, a aplicação da "ideologia de interesse externo e de exportação" (comum a todos) com a real ideologia da estratégia de base da formação do grande "Estado multinacional" europeu: as regras da internacionalização das economias mundiais, sob os princípios neoclássicos e liberais, assim como os novos mecanismos de regulação da "Nova Ordem Internacional", devem se adequar aos princípios da Comunidade Econômica Européia, para a qual haverá uma lógica e um dinamismo próprios no seu interior.

outro tipo, talvez de integração comercial e de institucionalização de mecanismos comuns de regulação. Isso é, certamente, de grande interesse para os EUA, já que, direta ou indiretamente, adequaria os futuros projetos de desenvolvimento das demais sociedades americanas à sua estratégia global de desenvolvimento;¹⁵ mesmo porque, não são de hoje as ameaças do Governo norte-americano no sentido de que, se não houver a liberalização dos mercados nos moldes preconizados pelos EUA, esse país poderia, em defesa de seus interesses, criar os mecanismos necessários para "explorar uma abordagem do tipo: clube de liberalização de mercados, através de arranjos multilaterais ou de uma série de acordos bilaterais".¹⁶ Ou seja, liberalização sim, mas para aqueles que se enquadrarem nas regras propostas pelos EUA.

A outra possibilidade anunciada é o chamado "bloco asiático", o qual, sob a hegemonia japonesa, englobaria as economias de vários países da Ásia, em especial os denominados países neo-industrializados (NICs). Entre estes últimos e os demais países (Malásia, Tailândia, etc.), alguns podem ser considerados como o que anteriormente se denominou de "modernas economias de enclave". O tipo de integração estruturado nessa área é o mais recente, obedecendo, como em nenhuma outra parte do Globo, a lógica da divisão internacional do trabalho comandada pelos conglomerados internacionais, especialmente os japoneses (mais de 50% dos investimentos estrangeiros na região). Tais economias se desenvolveram, no essencial, a partir dos anos 70, dentro da estratégia das transnacionais de transferirem de seus territórios-sede (no caso, o Japão) parte substancial das indústrias intensivas em mão-de-obra e, ao mesmo tempo, de fazer uso "mais racional" das vantagens comparativas. Portanto, as bases desse processo estão alicerçadas numa mescla composta de elementos da estratégica divisão internacional do trabalho das transnacionais e da antiga idéia japonesa de criação da "esfera de co-prosperidade asiática".¹⁷

O fato é que uma integração global nessa região, nos moldes das duas anteriormente comentadas, é apenas uma tendência, uma possibilidade. Os grandes desníveis do desenvolvimento das sociedades envolvidas no processo e as questões de ordem geográfica e até mesmo culturais são elementos impeditivos dessa integração. Ademais, existe um outro complicador fortíssimo, dado pela vizinhança dos dois "gigantes adormecidos" (Índia e China), cujas formas de integração na pretendida nova ordem mundial estão ainda indefinidas. Não se pode perder de vista que essas sociedades, multinacionais por formação e extensão, concentram, em conjunto, cerca de 50% da população mundial. Por essa razão, têm padrões de vida médios completamente diferentes e originais e, por

¹⁵ Parece ser evidente que essa deva ser a leitura da, equivocadamente, considerada por alguns como "proposta de integração" das economias americanas no anunciado "projeto" denominado Iniciativa para as Américas. Até o momento, o que de concreto se propõem são ações restritas à liberação parcial do comércio, da regulação dos fluxos de capitais e de recursos financeiros e, evidentemente, promessas de solução para as questões da dívida externa. Aliás, é interessante que uma tal proposta aconteça no momento em que são dados passos concretos no sentido de uma integração maior do Cone Sul. Não estará a Iniciativa para as Américas em relação a esta última assim como, nos anos 50, a Aliança para o Progresso esteve para o projeto da ALALC?

¹⁶ Essas idéias foram colocadas pelo então Secretário do Tesouro, e depois Secretário de Estado dos EUA, James Baker (citado por RICÚPERO, 1989 p.1).

¹⁷ Tais questões foram abordadas, entre outros, por Rubens Ricúpero (1989, p.1, 6), dando como exemplo que, até 1992, 30% da produção de material eletrônico das empresas japonesas (responsáveis por mais de 60% da produção mundial) seria gerada por suas filiais instaladas nas economias vizinhas da Ásia.

consequência, problemas sócio-econômicos *sui generis*. Mas, ao mesmo tempo, dispõem de um colossal parque industrial (ainda que parcialmente ultrapassado); têm um suficiente domínio do conhecimento científico das tecnologias modernas e um monumental espaço geoeconômico, que supera, em extensão e em recursos naturais, o da CEE.

Portanto, deixando de lado as perspectivas futuras de reestruturação das sociedades indo-chinesas, as quais poderão, a qualquer momento, influenciar no direcionamento e no equilíbrio do sistema mundial, é impossível prognosticar sobre o futuro asiático sem levá-las em consideração. Dessa forma, os grandes cenários para a região são deveras complicados, especialmente no que diz respeito à manutenção da trajetória japonesa, criando-se uma situação explosiva em qualquer dos direcionamentos possíveis, quais sejam:

- a manutenção do atual modelo de inserção do Japão, que tende a se estrangular, seja pela impossibilidade de criação de um espaço geoeconômico e político nos moldes estadunidenses e europeus, seja pelas barreiras crescentes que as novas estruturas do mercado mundial tenderão a criar para a sua expansão tradicional;
- a eventual associação com a China, que resolveria as questões vitais de espaço e de recursos, mas implicaria, inevitavelmente, uma profunda alteração do "modelo japonês" de desenvolvimento, obrigando a uma total reformulação das atuais estruturas sociais, econômicas e políticas.

No primeiro caso, a situação explosiva é interna, com a conseqüente perda de poder do Japão, o qual, mesmo que mantenha o atual padrão de desenvolvimento, abandonaria a posição de hegemonia alcançada, juntamente com os EUA e a Alemanha, nas últimas décadas. Transformar-se-ia, talvez, no "associado privilegiado" dos dois grandes "Estados multinacionais", tendo influência secundária na formulação da "Nova Ordem Econômica Mundial".

Na segunda hipótese, bastante mais problemática, mas plausível de se imaginar em determinadas conjunturas, a situação explosiva transportar-se-ia para a ordem mundial, alterando, de forma espetacular, os cenários implícitos nas estratégias atuais dos EUA e da Europa Ocidental. Essa eventualidade levaria a uma mudança radical do "eixo de equilíbrio" que está sendo projetado por essas duas potências hegemônicas.

Outro "bloco" de transcendental importância é o composto pelas chamadas "economias socialistas", formado em torno da URSS¹⁸. Essas sociedades vivem, na atualidade, um momento de profunda reestruturação política, social e também econômica, cujas características, completamente diferenciadas das demais, não permitem visualizar com clareza os seus rumos futuros. De qualquer forma, porém, pelo elevado peso e/ou importância política, econômica e militar (continua a URSS, juntamente com os EUA, a ser a grande potência mundial), poderá constituir-se em elemento decisivo na formulação da "Nova Ordem Mundial", desde que readquira seu moto próprio — o que é bastante provável — e não seja simplesmente absorvida — como muitos pensam — pela lógica das dinâmicas externas.

¹⁸ A exemplo do ocorrido com o uso da denominação Comunidade Econômica Européia, daqui para frente, sempre que aparecer a sigla URSS, entenda-se ex-repúblicas soviéticas, ou Comunidade de Estados Independentes ou, também, Rússia. Para quem conhecia bem as "sociedades socialistas" e acabara de estar em Moscou (1988), não foi difícil prever, na época, o verdadeiro "futuro" da então badalada "Perestroika": nem transição ao "socialismo democrático", nem a entrada pura e simples no modelo tradicional de desenvolvimento do capitalismo financeiro.

Aliás, entre as várias questões paradoxais e inesperadas desse processo, se encontra o fato da existência, pelo menos momentânea, de uma tendência à desintegração de uma comunidade de nações já estabelecida de longa data. Ou seja, enquanto, no resto do Mundo se solidifica a tendência à integração, até com a criação dos "megaestados", o grande e verdadeiro "Estado multinacional" por excelência, assim como os seus associados no seio do Conselho de Ajuda Mútua (COMECON), tende ao esfacelamento. Seja o que for que resulte desse processo, dados as características próprias adquiridas por essas sociedades, a riqueza e o potencial de seus colossais recursos humanos, naturais e tecnológicos, é difícil imaginar uma linha de evolução idêntica à das sociedades ocidentais. O mínimo que se pode esperar é algo de original, se esse processo se orientar, como pode, na direção de verdadeiros avanços na reestruturação sócio-econômica e política dessas sociedades.

Nesse sentido, já se pode arrolar três fenômenos que merecem uma análise mais profunda, cujo verdadeiro conteúdo a inteligência meridiana não tem considerado devidamente. Trata-se do seguinte:

- 1^o) a então República Democrática Alemã, tida, até há dois anos atrás, como a mais solidamente estruturada das "sociedades socialistas" tanto do ponto de vista do seu sistema político como do econômico, decidiu, no curto espaço de um ano, através de um movimento espontâneo e irresistível do seu corpo social, a sua autodissolução, fato inédito na história mundial;
- 2^o) na Checo-Eslováquia, retoma-se o movimento renovador do "socialismo democrático" dos anos 60, e, também através de um movimento democrático e pacífico, reestrutura-se todo o sistema de poder — classes dirigentes e superestruturas políticas —, elegendo-se, para dirigente máximo da Nação, um jovem intelectual saído das prisões do antigo regime. E note-se que se trata, entre os demais países do "bloco", daquele que mais se aproxima dos padrões de vida e de desenvolvimento das economias capitalistas mais avançadas;
- 3^o) na Polônia, tradicional sociedade européia, elegeu-se para Presidente da República, dentro dos melhores padrões democráticos e com imensa maioria de votos, um líder operário; fato este também inédito na história do chamado mundo civilizado.¹⁹

Apesar de todas as incertezas e da complexa realidade apresentada pelo momento histórico por que passam os "países do Leste", levando em conta as características das variáveis endógenas e exógenas de seus processos de transformação, podem ser prognosticados alguns cenários possíveis, a saber:

- a) passado o período de reestruturação das diferentes sociedades, ainda que não contando mais com o território alemão e, eventualmente, com um outro país (a Hungria, quem sabe) que fosse absorvido pela CEE, restabelecer-se-ia a união política e econômica da área do COMECON. Isso se daria com a perda

¹⁹ Os fatos mais recentes de retorno ao poder, por via democrática, dos partidos "herdeiros" dos antigos partidos comunistas (Polônia e Hungria) estão a comprovar que, pelo menos nos curto e médio prazos, poderá haver uma convivência consensual e concertada dessas sociedades com os "centros hegemônicos ocidentais", se não por razões de ordem estratégica, pelo menos por razões de sobrevivência.

do domínio absoluto da URSS, caracterizador do período anterior, e com a abertura para o Exterior;

- b) haveria uma dissolução do "bloco", com a tendência da maioria dos países da Europa Central, ainda que mantendo determinados laços com a URSS, de se ligar, de forma orgânica ou associada, seja com a CEE, seja num eventual novo bloco centralizado nos países nórdicos (Suécia, Dinamarca e Finlândia). Nesse caso, a URSS, ainda que eventualmente perdendo algumas de suas repúblicas, manter-se-ia dentro do espetacular espaço geoeconômico e, por uma dinâmica própria, reestruturaria, no campo político e econômico, o seu grande "Estado multinacional".

O primeiro desses cenários parece ser o de maior probabilidade na situação atual, muito menos pela dinâmica das transformações internas das diferentes sociedades, mas, sim, por força das influências externas, dadas pelas estratégias dos centros hegemônicos ocidentais. É notório que um equilíbrio desse tipo é o mais desejado tanto pelos EUA como pela CEE. Isto porque um processo não traumatizante nessas sociedades tende, por razões concretas e objetivas, a desembocar num modelo misto de sociedade. Modelo este que deverá conter, no campo político, elementos dos sistemas democráticos liberais das democracias ocidentais e, no campo econômico, no mínimo um retorno a determinados princípios das economias de mercado, com as funções do Estado tendendo a se aproximarem dos "modelos" social-democratas.

Uma tal tendência é, indiscutivelmente, a mais desejada no momento, especialmente pela CEE. Mas ela não deixa de ser potencialmente conflitante, já no médio prazo, sem a definição clara de algumas indagações. Qual o verdadeiro potencial de evolução desse processo, principalmente se ao projeto se alinharem as sociedades social-democratas dos países nórdicos? Se isso vier a ocorrer, não tenderá a sociedade alemã a se alinhar nessa direção? Não estará o atual projeto da CEE em perigo numa tal eventualidade ou, pelo menos, não terá diminuída a sua importância estratégica?

Os maiores impasses a serem enfrentados nesse projeto centralizam-se na reestruturação da chamada "sociedade soviética", a mais problemática e indefinida. Trata-se de uma sociedade extremamente debilitada, com problemas, por assim dizer, insolúveis, completamente desestruturada nas suas relações econômicas, sociais e políticas. Talvez a melhor maneira para retratar a verdadeira situação dessa sociedade seja parafrasear Lênin nas suas análises sobre as sociedades capitalistas: estamos diante de uma "sociedade em processo de apodrecimento". Dessa forma, é bem provável que, para as soluções dos problemas (das sociedades que compõem a URSS), haja a necessidade do uso das mesmas forças coercitivas do anterior sistema.

Vistas por esse ângulo, as questões acima comentadas estarão, também, na base do segundo dos cenários arrolados. A diferença estaria no fato de que, nesse caso, seus equacionamentos seriam extremamente dificultados e, certamente, não poderiam prescindir do uso da força, independentemente do direcionamento final do processo. Ora, por tudo o que significa a URSS, em especial por se tratar de grande potência militar, esse tipo de solução é indesejável tanto pelos EUA como pela CEE. Isso devido ao fato de que, isoladamente, a possível reorientação da URSS na atual direção do projeto da "Perestroika" seria, no mínimo, dificultado. O mais provável, numa conjuntura desse tipo, é o direcionamento do processo interno de reestruturação da sociedade soviética nas seguintes direções:

- 1^o) aconteceria o renascimento das idéias centrais de estruturação de uma "sociedade socialista", com dinamismo próprio e auto-sustentado e depurada das distorções do antigo sistema;
- 2^o) o fracasso da "Perestroika" possibilitaria o retorno ao modelo anterior, com todas as conseqüências daí decorrentes, tanto no campo interno como no externo.

Assim, o primeiro cenário é, apesar das incertezas nele contidas, o único que interessa aos EUA e à CEE dentro da "perspectiva de mundo" projetada por essas sociedades. O segundo apresenta-se, em qualquer das alternativas, como extremamente indesejável, já que inviabilizaria o atual projeto de estruturação da ordem econômica mundial. Para agravar esse quadro, tem-se ainda, em qualquer destas duas últimas hipóteses, a possibilidade de uma reaproximação, mais ampla e organicamente estruturada, das sociedades soviéticas e chinesas. Uma união desse tipo, na atual conjuntura, significaria uma mudança radical no "eixo de equilíbrio" das futuras relações econômicas e políticas a nível mundial, tornando praticamente inexequível o atual projeto da "Nova Ordem Econômica Mundial" patrocinado pelas duas grandes potências ocidentais (EUA e CEE).

Estão, pois, delineados os "blocos" de nações, os "Estados multinacionais" em formação ou potenciais, tendo como núcleos as grandes potências mundiais, as quais, com base nos seus poderes econômicos, tecnológicos e políticos, se constituem nos principais centros de decisão. Portanto, terão um poder desproporcional na formulação de uma nova divisão territorial do Mundo, e, da mesma forma, suas estratégias, concertadas ou não, influenciarão decisivamente na estruturação de uma "Nova Ordem Mundial".

Esta última, porém, não poderá ser definida sem a participação e a concordância, mais ou menos consensual, das demais sociedades do chamado "mundo subdesenvolvido". Isto porque, mesmo dentro de um eventual acordo de uma estratégia global entre as potências hegemônicas, o que, como já foi salientado, não é de fácil encaminhamento, haverá a possibilidade concreta de uma imposição à força do modelo a nível mundial. Tal situação decorre do fato de que, hoje, um conflito armado entre as grandes potências não é o único sinônimo de caos generalizado. Dado o grau de disseminação das tecnologias de ponta na área da fabricação de artefatos e equipamentos modernos (inclusive o domínio das armas nucleares e químicas), qualquer conflito localizado pode determinar a desestabilização — se não a derrocada — de todo o sistema.²⁰ Dentro desse contexto histórico, e tendo em vista o aprofundamento da crise geral, é perfeitamente previsível, e natural, a formação de novos "blocos" de nações e, até mesmo, de novos "Estados multinacionais". Os pólos de desenvolvimento, os possíveis núcleos dessas formações, são perfeitamente reconhecidos como aptos, dadas determinadas premissas, a sustentarem um pro-

²⁰ Se é difícil imaginar uma guerra entre as potências hegemônicas, apesar de isso não poder ser descartado em conjunturas excepcionais, outros tipos de conflito envolvendo potências secundárias podem, pelo caráter destruidor dos armamentos modernos, provocar a desestabilização de todo o sistema e, nesse caso, as sociedades centrais seriam as que enfrentariam maiores traumas. É nessa perspectiva que deve ser encarado o atual conflito do Golfo Pérsico, de cuja solução poderá depender a evolução futura de toda a humanidade. Esse tipo de guerra pode acarretar profundas mudanças nas atuais especulações sobre os cenários futuros da "Nova Ordem Econômica Mundial".

cesso de acumulação autocentrada. Trata-se, evidentemente, de determinadas economias intermediárias (algumas já tidas como desenvolvidas), entre as quais se sobressaem as seguintes: China e Índia (já comentadas), Brasil, Argentina, Austrália e, até mesmo, a África do Sul. Ademais, as possibilidades de que essas formações ocorram são, como a experiência histórica demonstra, bastante mais reais nos momentos de crise, de grandes transformações a nível mundial.

Assim, inteligências indiscutíveis como a do Professor John Kenneth Galbraith, consideram que essas sociedades podem se estruturar de tal forma que possibilitem — depois de reajustadas suas estruturas sócio-econômicas e solucionados os problemas financeiros externos — empreender um processo de crescimento sustentado, com base nas suas capacidades de geração e assimilação das novas tecnologias, assim como no manancial de seus recursos disponíveis, muitas vezes subestimados.²¹

As diferentes formas através das quais se processará a transição à sociedade pós-industrial não mudarão o rumo do atual processo de formação de novos espaços geoeconômicos, que se coloca como uma das características inarredáveis dessa mesma transição. Por outro lado, seja qual for o direcionamento final do processo, os regimes de regulação, as novas divisões internacionais e inter-regionais do trabalho e, enfim, a nova ordem econômica resultante terão um período de maturação lento e deveras conflitante. Tudo isso transcorrerá, como já foi mencionado, num ambiente de grandes antagonismos, seja entre centros hegemônicos, seja entre estes últimos e as "sociedades periféricas".

Ao contrário do atual e predominante discurso "neoliberal" e dadas as perspectivas de aprofundamento da crise na derradeira década deste século (todas as previsões a nível internacional apontam uma diminuição do ritmo de crescimento das "economias centrais" e, também, do comércio internacional), o mais natural é que ocorra um recrudescimento do protecionismo. Provavelmente mais brando e concertado entre os grandes "Estados multinacionais", mas, certamente, suficientemente forte nas relações "centro—periferia", como mecanismo indispensável para manter (seja através de novas formas, seja pelas atuais, reformuladas) a subordinação das estratégias de desenvolvimento das "sociedades periféricas" às estratégias dos novos centros hegemônicos. Na mesma linha de raciocínio, é perfeitamente lógico o ressurgimento de uma tendência de retorno à autarquia (plena ou parcial) como decorrência natural do aprofundamento da crise e do "neoprotecionismo". Essa tendência não se restringe às "economias periféricas", as quais, por razões óbvias, são as que mais se vêem obrigadas, de imediato, a fazer uso desse mecanismo de proteção, mas é válida também para "economias centrais". Na estratégia da CEE, por exemplo, isso é colocado como uma alternativa real, e daí advém a importância da institucionalização mais rápida possível do seu projetado novo espaço geoeconômico e político.²²

²¹ Essas, entre tantas outras, foram as questões levantadas por Galbraith no seminário realizado em 04.10.89, no auditório do Centro Empresarial de São Paulo. Sobre o assunto, afirmava o economista que o Brasil, como nenhum outro país entre as economias intermediárias — talvez com exceção da Índia —, apresenta as condições necessárias para um tal processo (GALBRAITH, 1989).

²² Essa opinião foi colocada claramente, entre outros, pelo economista francês Alain Lipietz, um dos "papas" da denominada Escola da Regulação, na conferência pronunciada em Porto Alegre, por ocasião do 8º Congresso Brasileiro de Economistas, de 19 a 22 de setembro de 1989.

Portanto, o processo de integração das sociedades periféricas — especialmente aquelas denominadas intermediárias — pode se direcionar em dois sentidos gerais:

- 1^a) sob a subordinação de uma estratégia que coloca a integração regional em primeiro plano, com um projeto de desenvolvimento auto-sustentado que assegure um processo sistemático de crescimento econômico, obrigatoriamente acompanhado de um processo de melhoria do bem-estar geral de todos os segmentos sociais e tendo no horizonte a meta da equidade social; esse modelo poderá (ou não) tender à autarquia ou à semi-autarquia;
- 2^a) sob a subordinação da estratégia de integração preconizada pelas sociedades hegemônicas, a qual, em última instância, coloca a livre expansão do capital em escala mundial (controlada no interior dos centros hegemônicos e totalmente livre no "resto do Mundo") como condicionante primeira de um processo global de desenvolvimento econômico; existe, pois, nesse caso, uma perfeita coincidência com o modelo de "internacionalização do capital" dos outros centros de poder, de certa forma autônomos, que são os grandes conglomerados transnacionais com seus próprios regimes "semi-autárquicos".

É no campo da discussão sobre essas duas tendências que deverão situar-se os embates políticos, buscando a solução dos conflitos e a definição dos futuros Projetos Nacionais das sociedades — ou economias — intermediárias, aqui contidos, é claro, os atuais processos de transformação vividos pela Argentina e pelo Brasil. Nesses dois países, as atuais políticas seguidas pelos seus respectivos governos, quando depuradas de certas contradições programáticas, seguem, no fundamental, a segunda das direções acima comentadas, pois são nitidamente alinhadas com o "projeto neo-liberal" de transformação sócio-econômica.

O movimento nesse sentido é facilitado pela confusão reinante entre os defensores — e potenciais adeptos — do outro tipo de solução, pela confluência de uma visão, atualmente consensual em todas as correntes, no sentido da liberalização e da democratização das instituições no campo político, assim como no campo econômico, pelo enfraquecimento momentâneo das "utopias" que se antepõem à "utopia neoliberal". Assim, esta última vê seu campo de propagação facilitado, seja pelo fato de não haver, no momento, a formulação clara de um projeto alternativo, seja por uma monumental máquina de divulgação de suas idéias.

É interessante observar que a força da atual ideologia neoliberal é deveras superdimensionada, já que se constitui em um instrumento para a implantação de um sistema que, na realidade, a rejeita. E isso por uma razão muito singela: os princípios econômicos básicos que deveriam, teoricamente, consubstanciar um projeto alicerçado na comentada ideologia são, na prática, inaplicáveis ao "mundo real" pretendido pelo "modelo de integração global"²³ Senão vejamos:

- pode alguém imaginar que os atuais e futuros mecanismos de regulação das diferentes economias ("centrais" ou "periféricas"), tanto no campo privado como

²³ Teoricamente, as bases do "neoliberalismo" constituem-se pela conjugação das teorias e postulados do liberalismo ricardiano, por um lado, e pelo marginalismo neoclássico, por outro. Conjugação esta que, por motivos óbvios, é de difícil sintetização.

no estatal, permitem visualizar uma situação de concorrência quase perfeita, para não falar na concorrência perfeita?

- dadas as distorções e os conflitos de toda a ordem que caracterizam as sociedades atuais, e que tendem, pelo menos a médio prazo, a se agravar, é possível imaginar um sistema econômico direcionado pelo "livre jogo do mercado" e pelo "livre-arbítrio do capital", onde o Estado seja um mero espectador?
- sendo mantido, teoricamente, o objetivo primeiro e essencial do desenvolvimento econômico como sendo a satisfação das necessidades humanas e a equidade social, por que se descarta, numa economia global e universalizada, a mobilidade do "fator trabalho"? Mudaram os princípios segundo os quais o atingimento do "ponto ótimo" da produção, a mais ampla racionalidade no uso dos recursos, a total liberdade dos agentes principais (indivíduos-empresários e indivíduos-consumidores), a produtividade máxima dada pelo funcionamento integral "das leis de mercado", etc. somente serão alcançados pela plena mobilidade dos fatores de produção?²⁴

É natural, pois, que a tônica do discurso político se concentre na conhecida máxima neoclássica (assumida na íntegra pelos mais puros dos adeptos liberais do neoliberalismo): **tudo o que é bom para os capitalistas é bom para o povo em geral**. Nas condições atuais da "era dos Estados multinacionais", essa noção naturalmente se expande: **tudo o que é bom para os conglomerados transnacionais é bom para todas as sociedades do mundo unificado pela integração**.

As dificuldades de adaptação dos princípios teóricos do neoliberalismo à proposta real do modelo de integração levam a que exponenciais defensores da economia global, da internacionalização do capital, recorram a citações de Marx para justificar o modelo, como faz Ricúpero (1989, p.2), ao usar a seguinte colocação: "(...) a lógica da economia capitalista (e das empresas transnacionais, seus atores) são a derrubada das barreiras e a unificação, em escala planetária, de um espaço econômico para a ação desimpedida do capital".

Este último comentário exige uma explicitação sobre esse elo aparentemente paradoxal. Na realidade, existe uma confluência objetiva entre o neoliberalismo e algumas correntes marxistas. Isso ocorre a partir do momento em que ambos os lados aceitam, como princípio comum, o determinismo do econômico sobre o social. Visto por essa ótica, o padrão de acumulação do capital a nível mundial apresentar-se-ia não só como um movimento inexorável, mas, sobretudo, desejável. Isto porque tal fenômeno aparece como parte do "desenvolvimento natural" de todas as sociedades, pois novas formações sociais somente se viabilizam pelo esgotamento do modo de produção dominante, pelo avanço incontrolável das forças produtivas.

É com base em situações desse tipo que alguns "teóricos modernos", de fato comprometidos com o modelo de integração proposto na estratégia da "internacionali-

²⁴ Na realidade, a explicação é simples: o que seria das sociedades centrais (EUA e CEE, por exemplo) se para elas se dirigisse um "pequeno contingente" de 30 milhões de "cidadãos livres" da China ou da Índia? Em escalas menores, mas de efeito semelhante, o que aconteceria com a sociedade argentina (mais particularmente a de Buenos Aires) se, atropelada pelo processo de integração do Cone Sul, nela aportassem 3 milhões de "hermanos nordestinos"? Não, eles devem ser contidos nos seus "espaços naturais", pois, de toda a forma, serão beneficiados pelo desenvolvimento global de todas as sociedades através da ação livre e desimpedida do "capital".

zação do capital", tentam cooptar determinados segmentos teoricamente contrários a esta última, empolgados pelo discurso pseudoprogressista, modernizante, atual e "novo" daqueles que advogam as "maravilhas" da inserção (ou integração) na economia mundial.²⁵ Assim, difunde-se a decantada tese segundo a qual a modernização de todos os sistemas somente se viabilizaria através da estruturação de uma divisão internacional do trabalho, onde, pela ação dos conglomerados transnacionais, ver-se-ia implantada a mais racional das divisões técnicas do trabalho e das verticalizações especializadas da produção, com o que, teoricamente, todas as economias e, por dedução, todas as sociedades seriam beneficiadas.

Partindo do princípio de que os enumeráveis conflitos caracterizadores da grande crise atual não desemboquem em uma catástrofe geral (por exemplo, uma guerra nuclear de grandes proporções), o próximo Ciclo Longo de desenvolvimento aponta para a radical transformação, a nível mundial, das atuais estruturas sócio-econômicas e políticas. Fato este que se apresenta como uma exigência histórica no atual estágio de evolução das diferentes formações sociais.

Por outro lado, seja qual for a evolução desse processo, ele tenderá a se direcionar, independentemente de eventuais deformações e até mesmo de possíveis retrocessos, rumo à criação de **uma nova civilização**. Os caminhos a serem percorridos nessa fase de transição permitem algumas alternativas de escolha, mas, também, deixam antever a existência de determinadas "passagens comuns" a todas as sociedades. As dificuldades de um tal percurso estarão relacionadas ao grau de competência com que forem diagnosticados os grandes problemas atuais, à correta, ou não, visão que se tenha da trajetória a ser percorrida, à forma como forem equacionadas as questões mais relevantes, enfim, à forma como forem planejados e administrados os novos Projetos de Sociedade.

Entre essas "passagens comuns", encontra-se, indiscutivelmente, uma redefinição dos atuais espaços geoeconômicos e políticos, assim como uma maior integração destes últimos, especialmente no campo econômico. Mas isso de nada adiantaria se não fosse acompanhado pelo encaminhamento de uma série de questões, tais como: em que medida esse movimento de reestruturação será mais, ou menos, traumático? quais as formas mais adequadas para que esse processo signifique, de fato, o início da solução das grandes desigualdades e distorções geradas pelas relações sociais e econômicas das atuais sociedades, tanto a nível interno como externo? quais os mecanismos de regulação a serem criados, a fim de que isso se viabilize? de que forma poderão ser difundidos, desenvolvidos e implantados sistemas alternativos baseados em novos princípios morais e éticos? como substituir a *racionalidade* do sistema vigente? como direcioná-lo para a transformação dos atuais hábitos e costumes, onde uma minoria de privilegiados usufrui de uma sociedade de consumo inacessível às grandes majorias, situação que se mantém pelo "sistema de exclusão social"? quais serão as novas funções a serem exercidas pelo complexo de instituições que compõem o Estado, como elemento insubstituível na busca do entendimento político e social, na

²⁵ Como exemplo, pode-se citar a palestra do conhecido cientista norte-americano Werner Baer, Professor da Universidade de Illinois, EUA, proferida em Porto Alegre, no auditório da FEE, em 15.08.90 (BAER, 1990, p.83-96).

catalisação dos conflitos e dos antagonismos, na mediação em busca do equilíbrio, da organização e da condução de um novo projeto social? de que forma, e por quais mecanismos, os fenomenais avanços científicos e tecnológicos poderão ser utilizados equitativamente e em benefício de toda a humanidade? Tendo em vista a relativa caducidade dos tradicionais arcabouços teóricos e conceituais e dado que o encaminhamento dessas questões estará ligado à escolha de soluções alternativas, seus equacionamentos dependerão da capacidade com que a inteligência armazenada pelo homem chegue à sintetização de novas teorias explicativas da realidade atual, por conseguinte, às formas através das quais serão regidas novas formações sociais.

No que se refere às questões mais diretamente correlacionadas ao objeto específico da análise, ou seja, o processo de integração, é indispensável que, na base dos novos mecanismos de sua organização e regulação, se desenvolva, quem sabe, uma "teoria" do enfrentamento de interesses conflitantes; paralelamente, que se desenvolva uma nova teoria das relações econômicas e políticas internacionais (e inter-regionais), enfim, a formulação e o surgimento real de uma "Nova Ordem Econômica Mundial".

1.3 - A integração do Cone Sul²⁶

1.3.1 - As grandes condicionantes do processo

Dadas as premissas gerais do atual movimento de reestruturação da ordem mundial, assim como das possíveis características do próximo ciclo econômico, as sociedades do Cone Sul são, entre aquelas do denominado "Terceiro Mundo", as que apresentam, talvez, as melhores condições para sustentar um projeto autônomo e integral de desenvolvimento. Embora essa situação já tenha se configurado no passado, é no momento atual que ela se recoloca como historicamente possível — e necessária — ao conjunto das sociedades que compõem a região.

É sob esse ângulo que se deve colocar o atual projeto de integração do MERCOSUL, consubstanciado nos acordos e nos protocolos assinados inicialmente pelos Governos do Brasil e da Argentina e agora referendados pelos Governos uruguaio e paraguaio. Ainda que o grande objetivo já esteja fixado como uma orientação geral e, mais ainda, que já estejam determinadas ações concretas para o encaminhamento do processo integrador, a crise por que passam as sociedades do Cone Sul e a conseqüente indefinição de um projeto global fixador de parâmetros e/ou harmonizador dos Projetos Nacionais não permitem determinar com clareza os rumos de seus desenvolvimentos futuros. O que se pode afirmar é que a dinâmica desse processo estará condicionada ao comportamento de diferentes variáveis (internas e externas), assim

²⁶ As idéias e o conteúdo deste item baseiam-se, além de nos trabalhos já citados, nos resultados de um estudo realizado na segunda metade da década de 60 (CUNHA, 1967), no qual se definem as características geoeconômicas do Cone Sul. De lá para cá, as potencialidades dessa região tornaram-se ainda mais evidentes, apesar das crises que têm assolado as sociedades brasileira e argentina.

como dos direcionamentos destas últimas em função de vários fatores, entre os quais podem ser relacionados os seguintes:

- o grau de autonomia, de harmonia e de abrangência com que os corpos sociais dessas sociedades venham a definir e a planejar o desenvolvimento de seus respectivos Projetos Nacionais;
- o caráter e a natureza que venham a caracterizar os Estados nacionais do Cone Sul após a fase de transição democrática a que estão submetidos, assim como das superestruturas que forem criadas a nível supranacional como suporte da pretendida integração (simples integração econômica — ou comercial — ou integração global, com a futura formação de um espaço político e geoeconômico comum?);
- o caráter e o conteúdo da estratégia de desenvolvimento a ser seguida (estratégia própria ou subordinada aos centros hegemônicos?);
- a vontade e a decisão política, concertada entre as partes, de encetar, com base na prospecção científica do futuro idealizado, as ações necessárias na área do planejamento estratégico; conseqüentemente, da fixação das diretrizes gerais do tipo de relações econômicas e de integração com as demais economias, ou seja, dos tipos de especialização e de reinserção numa nova divisão internacional do trabalho.

Uma coisa é certa: os rumos que vierem, finalmente, a ser fixados para o desenvolvimento das sociedades do Cone Sul serão em parte determinados, direta ou indiretamente, pelo conteúdo final do processo integrador a nível mundial. Assim, o caráter derradeiro da integração regional vai depender da forma como forem equacionadas algumas questões fundamentais, tais como: qual das possíveis opções de estratégia anteriormente comentadas vai predominar? em que consistem as contradições e os antagonismos contidos nestas últimas? em que medida a vontade política local está afinada, ou em litígio, com as estratégias dos centros hegemônicos? o futuro de nossas sociedades deverá forjar-se segundo os "paradigmas" das atuais grandes sociedades industriais? (não no sentido de que isso seja ou não possível, pois, ao que tudo indica, não o é, mas, sim, se isso é desejável).

Evidentemente, as respostas para questões desse tipo não são simples e nem mesmo estão esclarecidas no momento, tanto para a sociedade brasileira como para as vizinhas sociedades platinas. Se a pretendida integração se fará segundo a lógica da "ideologia da internacionalização" vinda do Exterior, ou, então, pela vontade local de criação de um sistema regional integrado que proporcione o surgimento de uma **nova comunidade de nações**, ou, ainda, se esta última venha a adquirir a necessária força política — e econômica — para se colocar em condições de igualdade na formulação da "Nova Ordem Econômica Mundial", só o futuro responderá. Mas aqui aparece um elemento complicador e de transcendental importância: esse futuro é cada vez mais presente, devido à velocidade com a qual se processa a evolução atual das transformações sócio-econômicas, assim como a institucionalização dos mecanismos jurídicos de regulação da nova ordem mundial.

Assim, do ponto de vista dos verdadeiros interesses locais, o maior ou menor êxito do projeto de integração do Cone Sul estará intimamente relacionado ao grau de rapidez e de clareza com que venham a ser definidos os respectivos Projetos Nacionais. Nesse particular, o Brasil e a Argentina jogarão, devido à importância política que têm, às dimensões de suas economias e às suas potencialidades, um papel primordial na

definição do "desenho final" do projeto de integração. Se a semelhança das crises vividas por ambas as sociedades é, por assim dizer, um aspecto que favoreceria o encaminhamento de soluções comuns, tem-se, por outro lado, que, em qualquer das duas, se está muito longe da definição de um Projeto Nacional, politicamente concertado e aceito pelos respectivos corpos sociais. O que não dizer, portanto, de um projeto supranacional.

A grande contradição das linhas políticas adotadas pelos atuais Governos da Argentina e do Brasil encontra-se, ao que tudo indica, no fato de que, por um lado, se dizem defensores e seguidores do ideário social-democrata (este é o conteúdo do discurso oficial) e, por outro, seguem, na prática, os ditames básicos das políticas econômicas preconizadas pelo neoliberalismo. Ou seja, enquanto teoricamente se alinham na direção de um projeto de integração autocentrado, praticam uma política totalmente afinada com a ideologia externa da integração mundial, com o "modelo de internacionalização do capital".

Isso explica, entre outras coisas, as grandes dificuldades para o estabelecimento das condições necessárias ao surgimento de um amplo acordo político (os denominados "pactos sociais") e para a definição de verdadeiros Projetos Nacionais. Sem o que, dificilmente se pode vislumbrar, a curto e a médio prazo, o encaminhamento satisfatório das graves questões econômicas, deveras problematizadas por uma crise muito prolongada e que tende, no horizonte mais próximo, a se aprofundar.

Quanto mais retardada for a definição desse quadro, mais dolorosas e incertas serão as soluções dos problemas que assolam as sociedades do Cone Sul. E, como uma resultante natural, maiores serão as dificuldades a serem enfrentadas no projeto de integração regional, na retomada do crescimento econômico coordenado e na passagem comum ao almejado ciclo de desenvolvimento. As consequências perversas desse retardamento serão, entre outras, as seguintes:

- no campo econômico, o aprofundamento da crise levará a uma aceleração incontrolável do processo de desorganização já em curso e ao sucateamento dos atuais parques produtivos, ocasionando perdas que, se não irreparáveis, tornarão ainda mais difícil a solução dos atuais problemas e, conseqüentemente, a condução do processo de integração; sem falar, evidentemente, nos custos sociais daí decorrentes;
- no campo político, crescem as probabilidades de um retrocesso nos atuais processos de democratização, já que, em situações de caos generalizado, a história demonstra que os apelos às "soluções de força" são praticamente inevitáveis.²⁷

²⁷ Uma "solução de força", decretando o tipo de organização e os rumos do desenvolvimento de uma sociedade, caracteriza-se quando um conjunto de determinadas forças políticas eventualmente no exercício do poder (legitimado ou não) impõe a todo o corpo social, através do uso dos aparelhos coercitivos do Estado, a sua própria vontade política. A possibilidade que isso venha a ocorrer pode estar muito mais próxima do que se imagina, e a permanência da crise pode apressar esse tipo de solução. Tal possibilidade é bem mais real se mantida a lógica da atual política econômica neoliberal, e isso por uma razão muito simples: a manutenção ainda que "modernizadora" do atual modelo de desenvolvimento implica, obrigatoriamente, a permanência — quem sabe o aprofundamento — do processo de exclusão social, característica esta incompatível com um ambiente de desenvolvimento das instituições democráticas e da consolidação do Estado de Direito.

Portanto, se é correta a colocação segundo a qual o conteúdo final do projeto de integração do Cone Sul — o que pressupõe, é claro, a fixação de sua linha estratégica de desenvolvimento — será definido no campo político, a atual conjuntura não deixa antever com clareza qual trajetória será finalmente escolhida, entre as alternativas que se colocam para as sociedades nele envolvidas.

Deve-se ter presente, entretanto, que o acima comentado não impedirá a evolução natural do processo integrador no campo das relações econômicas, pelo fato incontestável de se estar diante de um fenômeno cuja racionalidade econômica, dadas as previsíveis características do próximo ciclo de desenvolvimento, é indiscutível.

Dessa forma, qualquer das alternativas para o desenvolvimento futuro da integração pressupõe que os sistemas econômicos continuarão sendo estruturados nos moldes das sociedades mercantis, e é sabido que, para estas últimas, a expansão dos mercados permanece — hoje mais do que nunca — como sendo uma lei geral do crescimento econômico. Eis por que a tese da integração, ainda que não estejam claramente definidos seus derradeiros parâmetros, tem o apoio generalizado em todos os segmentos sociais, já que a expansão do espaço geoeconômico — ou seja, do mercado — possibilitará, entre outras coisas, o seguinte:

- a criação das bases necessárias para o desenvolvimento de um processo de crescimento econômico que, ao mesmo tempo, assegure o aumento dos níveis médios de produtividade (do trabalho e do capital) e proporcione a ampliação contínua do mercado de trabalho, condições básicas para o funcionamento de um processo distributivo da renda gerada pelo sistema;
- a otimização no uso dos recursos humanos e materiais, com uma alocação mais racional do capital do ponto de vista espacial, ou seja, um melhor aproveitamento das "vantagens comparativas";
- o estabelecimento, de forma concertada, de um programa global de investimentos, obedecendo prioridades claramente definidas e proporcionando a intensificação da interdependência e da complementaridade nas áreas econômica, tecnológica e cultural;
- a definição de políticas adequadas, visando tanto a níveis nacionais como regionais, ao incentivo à geração autóctone das novas tecnologias e, paralelamente, gerando as condições para a criação de empresas associadas (inclusive empresas multinacionais) com níveis de competitividade internacionais;
- o estabelecimento de programas específicos e conjuntos na área de criação das infra-estruturas básicas (transporte, energia, etc); e de criação de mecanismos minimizadores dos impactos do novo processo de especialização (novas divisões inter-regionais do trabalho);
- a fixação de uma política comum para o enfrentamento das questões externas, etc.

Conclui-se, pois, que o presente processo de integração do Cone Sul não é só uma tendência, mas, sim, uma realidade histórica, e as características finais de seu desenvolvimento serão dadas pela vontade política local e pelo grau de lucidez com que o mesmo for conduzido. A integração constitui-se no grande fato histórico, a grande base sobre a qual se dará o planejamento do crescimento econômico e da retomada do desenvolvimento de todas as sociedades que compõem a região.

1.3.2 - O potencial básico da integração do Cone Sul e a inserção da economia sul-rio-grandense

As bases concretas do projeto de integração do MERCOSUL deixam claro que não se trata de uma simples união de economias subdesenvolvidas, ao contrário, elas demonstram que o projeto envolve economias e sociedades relativamente maduras, cujo potencial pode colocá-las como concorrentes reais às "economias centrais". Embora, nos dias atuais, falar sobre isso tenha se tornado, por assim dizer, um lugar comum, nem todos se aperceberam do verdadeiro significado dessa realidade. Portanto, vale a pena mencionar alguns indicadores sócio-econômicos dessa grande região geoeconômica, alguns parâmetros gerais que a caracterizam:

- em primeiro lugar, essa geoeconomia se estende desde os territórios brasileiros do Hemisfério Norte até as regiões antárticas da Argentina, em um território contínuo, que a coloca em igualdade (ou superioridade) com os grandes "Estados multinacionais", mesmo com a América do Norte (EUA e Canadá) e com a URSS, se consideradas apenas as terras produtivas;
- no espaço territorial do Cone Sul, totalmente integrado por vias marítimas e terrestres (rodovias e ferrovias) e com possibilidades de se unir pela maior rede fluvial do Mundo, concentram-se grandes reservas naturais das principais matérias-primas hoje exploradas pelo homem, sendo que, em muitos casos, elas se constituem nas maiores concentrações mundiais atualmente conhecidas;
- o contingente humano que habita esse espaço (cerca de 200 milhões de pessoas) tem organizações sociais semelhantes e uma mesma base cultural, mais da metade fala um mesmo idioma, e o restante tem uma língua irmã. Esse aspecto **ético, sociológico e cultural**, pelo qual alguns estudiosos afirmam se tratar de uma única nação, não tem paralelo quando comparado com os demais "Estados multinacionais" (excetuando-se, talvez, os EUA e o Canadá);
- no que concerne à produção industrial, somente a matriz produtiva brasileira representa, nos dias atuais, a 9ª ou 10ª potência mundial, se comparada com as economias nacionais (países ocidentais ou do Leste). Se agregadas as economias dos demais países (Argentina, Uruguai e Paraguai) e fazendo a comparação com as economias dos prováveis "Estados multinacionais", ter-se-ia, de forma concentrada, a **quinta ou sexta potência industrial** do Mundo. O mais importante é que não se trata apenas de uma participação quantitativa, já que, em determinados ramos industriais, conta com um elevado grau de modernidade, inclusive em setores estratégicos que tendem a concentrar o dinamismo do próximo ciclo de desenvolvimento (metalúrgica avançada e bens de capital básicos, material eletrônico, informática, indústria aeronáutica — inclusive a espacial —, indústria química, produção de equipamentos sofisticados, etc.); enfim, a matriz industrial da região completa-se de tal forma que permite, perfeitamente, manter um processo auto-sustentado de desenvolvimento;
- considerando-se as bases energéticas atuais, a região é praticamente auto-suficiente em petróleo, carvão e gás natural, podendo, eventualmente, participar do mercado internacional, possui uma grande capacidade (já instalada ou por explorar) na geração de energia baseada nas forças hidráulicas; conta com grandes reservas de minerais estratégicos, incluindo aqueles necessários à produção de energia nuclear (urânio, etc.). Paralelamente, existe um elevado

grau de domínio das tecnologias modernas e da produção de equipamentos básicos, incluindo-se aqui a tecnologia da área nuclear, onde o Brasil e a Argentina, em conjunto, não teriam dificuldades técnicas para acelerar e para sustentar um processo próprio de desenvolvimento; o mesmo pode-se dizer em relação às outras bases energéticas do futuro (gases combustíveis, energia solar, etc.);

- levando em consideração o papel estratégico da produção agropecuária (para consumo interno ou exportações), tem-se que o Cone Sul, já no momento atual e apesar da crise, possui uma economia que só pode ser comparada com as da América do Norte (EUA e Canadá) e da URSS, seja na produção vegetal, seja na produção animal. Mesmo admitindo-se possíveis mudanças dos parâmetros, que podem ocorrer devido à revolução tecnológica, as potencialidades da geoeconomia do Cone Sul suplantam, em vários aspectos, as das duas regiões mencionadas, já que apresentam incontestáveis vantagens naturais e locais;
- o volume, a organização e o nível de produção de "serviços", especialmente nas regiões mais desenvolvidas do Cone Sul, apresentam, apesar de todas as desigualdades no uso e na distribuição dos mesmos, um grau de desenvolvimento (em alguns casos, também de modernização) que se aproxima do das sociedades mais desenvolvidas. É o caso, por exemplo, das áreas de comunicação, de hotelaria, de serviços bancários, etc. Nesse campo, os sistemas já em funcionamento encontram-se num patamar médio de desenvolvimento superior ao dos países do "Leste europeu", assim como da maioria dos chamados "Tigres Asiáticos";
- no campo da produção científica (pesquisas fundamental e aplicada), foram alcançados níveis elevados de desenvolvimento, sendo que, em determinados segmentos, isso é reconhecido em todo o Mundo. Apesar da desorganização vigente nessa área, da falta de uma política específica de apoio à pesquisa e das perdas sofridas, nas últimas décadas, nas instituições básicas do sistema, as potencialidades do setor são muito grandes, desde que o mesmo seja contemplado com uma adequada política de desenvolvimento. Para tanto, basta mencionar que a população universitária da região, no seu conjunto, ultrapassa a casa dos dois milhões de pessoas, portanto, é superior à população total de dezenas de países, inclusive alguns catalogados como sendo desenvolvidos e outros tidos como "paradigmas de desenvolvimento" (Cingapura, por exemplo). Outra prova demonstrativa das potencialidades nessa área é dada pelo fato de que dificilmente se deixará de encontrar, nos grandes centros de pesquisa dos países industrializados, cientistas e pesquisadores oriundos da região do Cone Sul, especialmente argentinos e brasileiros. Enfim, uma política que permita a utilização da capacidade científica existente possibilitará um grande impulso, especialmente se os setores privados e estatais do Brasil e da Argentina unirem seus esforços, criando, assim, as bases necessárias para o desenvolvimento das tecnologias do futuro nas áreas consideradas estratégicas — biotecnologia em geral, informática, química fina, fibras e materiais sintéticos, gás combustível com base no hidrogênio, etc.;
- as potencialidades do espaço geoeconômico do Cone Sul tendem a crescer, na medida em que a integração se expanda, por um processo até natural, às demais sociedades sul-americanas, como é o caso do Chile, que, por detalhes, deixou de participar da presente etapa do projeto;

- por último, cabe ressaltar o montante do Produto gerado atualmente pelas economias do Cone Sul. Nesse espaço, o montante do PIB situa-se, dependendo dos critérios de quantificação, entre US\$ 450 e US\$ 700 bilhões de dólares — US\$ 450 bilhões, se considerado o mercado formal e os custos dos fatores locais; cerca de US\$ 540 bilhões, se levado em conta o mercado informal,²⁸ e, aproximadamente, US\$ 700 bilhões, se medido a preço de fatores de economias mais desenvolvidas (EUA e França, por exemplo). Ou seja, essa economia pode, se estancado o fenomenal fluxo de "exportação de capital", investir anualmente mais de US\$ 100 bilhões baseada em poupança interna, fato este que é acompanhado de uma capacidade atual de importação de aproximadamente US\$ 45 bilhões (montante equivalente ao valor anual das exportações do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai), capacidade esta que pode, eventualmente, ser aumentada via incremento das exportações para outras áreas do Globo. Assim sendo, a atual dependência de "poupanças externas" é muito mais fruto das deformações do sistema financeiro (internacional e local) do que da possibilidade real de geração interna de excedentes.

Apesar de os indicadores acima arrolados demonstrarem uma realidade concreta, indiscutível, eles não podem ser motivos de grande ufanismo. Em primeiro lugar, pelas enormes distorções sociais que caracterizam as sociedades do Cone Sul (em especial a brasileira) e que se constituem na contrapartida paradoxal de tamanha riqueza. Em segundo lugar, porque os terríveis efeitos da "década perdida", acoplados às repercussões do presente período recessivo, têm provocado, como já foi realçado, um processo de sucateamento — muitas vezes precoce — do capital social básico anteriormente acumulado, em especial pelas economias do Brasil e da Argentina. Tal processo adquiriu uma aceleração assustadora em função da política econômica adotada pelos atuais governos. Essa política, apesar de coerente com a linha ideológica predominante, poderá, já a médio prazo, criar grandes estrangulamentos para o próprio "modelo neoliberal" tal como vem sendo implantado.²⁹

De toda forma, se as perdas ocasionadas nesta etapa de crise e de transição não forem irreparáveis, o atual projeto de integração, desde que acompanhado de uma mudança radical dos atuais "modelos de desenvolvimento" e de profundas reformas das estruturas sócio-econômicas, possibilitará o uso integral das potencialidades existentes, assim como o redirecionamento das sociedades do Cone Sul rumo a um

²⁸ No caso do Brasil, têm-se divulgado alguns estudos estimativos, os quais indicam que a contabilização da economia informal significaria um acréscimo do Produto oficial de aproximadamente 50%. Esses cálculos são altamente discutíveis e não resistem a uma crítica ainda que superficial. O erro fundamental parece residir no fato de se computar (como Valor Agregado não considerado) inclusive os prováveis valores dos bens e serviços que circulam no mercado informal. Jamais esses montantes poderiam ser somados diretamente ao PIB global. De toda forma, um percentual de 15% a 20%, dada a realidade da economia brasileira, pode ser admitido como provável.

²⁹ Grosso modo, o modelo implícito na política "neoliberal" dos atuais Governos do Brasil e da Argentina incorpora, no essencial, o padrão de desenvolvimento preconizado pela "ideologia da mundialização", da internacionalização idealizada pelas "economias centrais". Da mesma forma, como ocorreu no passado recente, esse modelo, por mais inovador e modernizador que se apresente, determinará (de forma natural ou planejada) a obsolescência e a depreciação prematura de ponderável parcela do capital já instalado, em particular no que tange ao capital estatal.

novo e desejado ciclo de desenvolvimento, que se configure como resultado de uma decisão deliberada de sociedades soberanas e que contemple, em primeiro lugar, os interesses de suas populações.

Aceito o princípio segundo o qual o desenvolvimento futuro das sociedades comprometidas com o projeto de integração não só pode, mas sobretudo deve, por razões mais do que objetivas, ser planejado tendo em vista os **grandes cenários** previsíveis — ou desejáveis — para o espaço geoeconômico comum, é evidente que a esse mesmo princípio estão subordinadas as sociedades componentes dos subistemas regionais. Nesse particular, cabe ressaltar a "grande região" localizada em torno do eixo São Paulo—Buenos Aires (o mais importante de todo o Cone Sul). De um modo geral, essa região fica definida, geoeconomicamente, por uma divisa imaginária, traçada por um círculo de 1.500km tendo como ponto central a Cidade de Porto Alegre. Nesse espaço — cobrindo praticamente um terço dos territórios nacionais dos países integrantes do MERCOSUL —, estariam integralmente contidos o Uruguai, o Paraguai e todos os estados brasileiros da Região Sul (SC, RS e PR), quase a totalidade da Região Sudeste, assim como parte substancial da Região Centro-Oeste do Brasil; no território argentino, passando por um ponto qualquer a uns 500km ao sul de Buenos Aires, abarcaria quase a metade do espaço territorial da Argentina. Qual o grau de concentração, nessa região, dos indicadores anteriormente comentados? De um modo geral, a situação apresenta-se da seguinte maneira:

- pode-se afirmar que aí se concentram cerca de 90% de todas as riquezas e recursos das sociedades nacionais componentes do projeto de integração. A exceção encontra-se, basicamente, no que se refere aos recursos naturais e à população. Quanto aos primeiros (reservas minerais, florestais e outras), eles se encontram, obviamente, disseminados ao longo dos respectivos territórios nacionais. No tocante à população, ela corresponde aproximadamente a 70% do total, mais ou menos 120 milhões de habitantes (cerca de 17% nas zonas rurais e de 83% nas zonas urbanas); do total da população urbana (mais de 100 milhões de pessoas), São Paulo e Buenos Aires, em conjunto, respondem por aproximadamente 26%; as demais áreas metropolitanas, com dois ou mais milhões de habitantes, entre as quais se considera Porto Alegre, concentram 20%; 7% correspondem às populações dos centros urbanos com mais de 700 mil habitantes;³⁰
- quanto ao já comentado PIB global gerado pelas quatro economias nacionais, a concentração obedece à regra geral, ou seja, em termos globais, a grande região do Cone Sul apresenta níveis médios do PIB *per capita* nunca inferiores a **US\$ 4.000**, em valores atuais. Ademais, se medido, como já se disse, a custos dos fatores das "economias centrais", essa média se situa, na atualidade, em torno de US\$ 5.250. Se tal situação é verdadeira, implica reconhecer que, **em termos**

³⁰ Não foram consideradas nesses cálculos, entre outras, as Cidades de Brasília e Vitória, que se encontram à margem do traçado da fronteira imaginária. Por outro lado, devem-se também considerar as desvantagens desses indicadores. Embora as grandes concentrações urbanas sejam, em alguns casos, apresentadas como indicadores "positivos" de desenvolvimento, elas são, em realidade, grandes problemas e distorções a serem resolvidos num plano de desenvolvimento de longo prazo. Essas questões devem ser tratadas conjuntamente com aquelas relacionadas à desconcentração industrial, ao desenvolvimento das regiões mais atrasadas e às necessárias reformas estruturais das economias rurais.

comparativos reais, o Produto *per capita* desse espaço geoeconômico equivale a praticamente **um terço** dos verificados nas sociedades mais desenvolvidas,³¹ quase se iguala, ou pelo menos aproxima-se, dos níveis existentes na área do COMECON (países do Leste europeu).

É neste contexto que está inserida a sociedade sul-rio-grandense, e é sobre essa realidade histórica, concreta e objetiva que se deverá orientar o seu desenvolvimento futuro; não só em razão de o Rio Grande se constituir, de fato, no centro geográfico desse grande espaço geoeconômico, mas, sim, porque aí se encontra o grande mercado onde se concretiza, já na atualidade, a quase-totalidade das relações externas de sua organização social, apesar de, ao longo do tempo, ter ocorrido um afastamento em relação às vizinhas sociedades do Prata.

Em verdade, a integração do Cone Sul e o funcionamento do MERCOSUL possibilitarão ao Rio Grande do Sul um retorno às raízes históricas de sua formação social e determinarão, objetivamente, a retomada, em um novo patamar, do desenvolvimento das relações sócio-econômicas com os vizinhos do Cone Sul, especialmente com a Argentina e com o Uruguai.

Bibliografia

- ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de, coord. (1990). **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE. 2t.
- BAER, W. (1990). A industrialização brasileira e a nova política industrial. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.18, n.3, p.83-96.
- CUNHA, Rafael A. (1967). **As características geoeconômicas da América do Sul**. Moscou: UAP. (Dissertação acadêmica na cátedra de geografia econômica; mimeo - em russo)
- CUNHA, Rafael A. (1971). **Brasil: problemas ligados ao planejamento do comércio exterior**. Moscou: UAP/ Faculdade de Economia e Direito Internacional. (Tese de mestrado; mimeo - em russo)
- CUNHA, Rafael A. (1977). **Un étude sur l'internationalization du capital et la rearticulation des économies nationales, dans le cadres d'une nouvelle division internationale du travail: le cas brésilien**. Paris: Université Paris I/UER-IEDES. (Memoire pour le DEA - option Relations Economiques Internationales; mimeo)
- CUNHA, Rafael A. (1988). **A integração internacional ou a "era dos estados-multinacionais"; o "porvenir" desejável ou inevitável**. Porto Alegre. (mimeo)

³¹ Os Produtos *per capita* dos EUA e do Canadá e da CEE, em 1989, situaram-se em torno de US\$ 16.536 e US\$ 15.402 respectivamente. Números estes calculados a partir das informações fornecidas por Rubens Ricúpero (1989, p.1).

- CUNHA, Rafael A. (1989). **Estratégia para a elaboração dos grandes cenários do desenvolvimento da sociedade sul-rio-grandense**: uma proposta alternativa para o reencaminhamento da questão. Porto Alegre. (mimeo)
- CUNHA, Rafael A. (1990). **Elementos para a definição de uma estratégia e de diretrizes gerais de um plano de desenvolvimento para a sociedade sul-rio-grandense**: as relações econômicas externas. Porto Alegre. (mimeo)
- CUNHA, Rafael A. (1990a). Os cenários condicionantes do futuro das relações externas do Rio Grande do Sul. In: _____. **Elementos para a definição de uma estratégia e de diretrizes gerais de um plano de desenvolvimento para a sociedade sul-rio-grandense**: as relações econômica externas. Porto Alegre. cap. 1. (mimeo)
- FIORI, José L. (1990). Panorama visto da ponte. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.18, n.3, p.121-139.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA ESTATÍSTICA (1982). A crise e o pós-crise: problemas e perspectivas. **Indicadores Econômicos RS**, Porto Alegre, v.9, n.2, p.67-76.
- GALBRAITH, J. K. (1989). As lições de Galbraith para enfrentar a crise. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 5.10.
- HILFERDING, R. (1969). **Capital financeiro**. Moscou: Literatura Econômica. (versão russa)
- INDICADORES ECONÔMICOS RS (1981). Porto Alegre: FEE, v.9, n.1, p.8.
- RICUPERO, R. (1989). A economia mundial e a integração da América Latina. In: SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA, 1., Porto Alegre. **Palestra**. Porto Alegre.
- SAMUELSON, Paulo et al. (1971). **L'avenir des relations internationales**. Paris: Calman Levy.
- TSURU, Shigeto et al. (1967). **Adonde va el capitalismo OIKOS-TAU S.A.** Barcelona: Ediciones Barcelona.